



Em Tese

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA À LUZ DO RECORTE INTERSECCIONAL

A systematic review on political participation from an intersectional perspective
Uma revisión sistemática sobre la participación política desde una perspectiva interseccional

Evelyn Maria Apolinaria

Mestra em Ciência Política

Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, Brasília, Brasil

apolinariaevelyn@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-8553-5079>

RESUMO

O artigo aborda, por meio de uma revisão sistemática, a evolução das discussões teóricas da participação política e compara a literatura institucionalista com a literatura crítica da ciência política à luz do recorte interseccional, isto é, considerando como fatores como raça, gênero e classe impactam as oportunidades de engajamento e representação. Foram considerados, ao todo, 22 trabalhos na revisão seguindo os critérios de maior citação, com buscas feitas nos repositórios da Scielo e da Web of Science, ambos considerados os maiores a nível regional na América Latina e global, respectivamente. Após a seção de análise da principal literatura produzida entre 1960 e 2024, este artigo discute os desafios da construção de uma participação política que integre os cruzamentos propostos pelas teorias da interseccionalidade. Ao final, propõe uma agenda de pesquisa focada na integração de variáveis interseccionais na análise política.

PALAVRAS-CHAVE: Participação política. Interseccionalidade. Revisão sistemática.

ABSTRACT

The article addresses, through a systematic review, the evolution of theoretical discussions on political participation and compares the institutionalist literature with the critical literature of political science from an intersectional perspective, that is, considering how factors such as race, gender, and class impact opportunities for engagement and representation. A total of 22 works were included in the review, following the criteria of the highest number of citations, with searches conducted in the Scielo and Web of Science repositories, both considered the largest in Latin America and globally, respectively. After the analysis of the main literature produced between 1960 and 2024, the article discusses the challenges of constructing political participation that incorporates the intersections proposed by intersectionality theories. In conclusion, it proposes a research agenda focused on integrating intersectional variables into political analysis.

KEYWORDS: Political participation. Intersectionality. Systematic review.

RESUMEN

El artículo aborda, mediante una revisión sistemática, la evolución de las discusiones teóricas sobre la participación política y compara la literatura institucionalista con la literatura crítica de la ciencia política a la luz del enfoque interseccional, es decir, considerando cómo factores como la raza, el género y la clase impactan las oportunidades de compromiso y representación. En total, se consideraron 22 trabajos en la revisión, siguiendo los criterios de mayor citación, con búsquedas realizadas en los repositorios de Scielo y Web of Science, considerados los más relevantes a nivel regional en América Latina y a nivel global, respectivamente. Tras la sección de análisis de la literatura principal producida entre 1960 y 2024, este artículo discute los desafíos para construir una participación política que integre los cruces propuestos por las teorías de la interseccionalidad. Al final, se propone una agenda de investigación enfocada en la integración de variables interseccionales en el análisis político.

PALABRAS CLAVE: Participación política. Interseccionalidad. Revisión sistemática.

1 INTRODUÇÃO

A participação no ambiente político é fundamental para o funcionamento das instituições democráticas. Em termos gerais, a democracia demanda que os cidadãos sejam ativos no processo de escolha e monitoramento dos representantes eleitos para os cargos políticos, assim como no processo de elaboração de políticas públicas. Historicamente, os estudos sobre participação política evoluíram a partir de diferentes perspectivas teóricas, que vão desde abordagens institucionais, centradas nas capacidades individuais e recursos disponíveis aos cidadãos, até visões críticas que enfatizam as barreiras estruturais enfrentadas por grupos sociais marginalizados.

Nesse contexto, emerge a interseccionalidade como um quadro analítico útil e relevante para compreender como categorias sociais como gênero, raça e classe interagem e potencializam desigualdades no acesso à participação política. A literatura interseccional desafia abordagens convencionais, que, frequentemente, ignoram a complexidade das experiências sociais e políticas e aponta como diferentes formas de discriminação simultâneas moldam a capacidade de participação e representação política.

Diante das diversas desigualdades, a ação coletiva e a participação em determinados grupos e segmentos políticos pode estar restrita a indivíduos privilegiados em termos socioeconômicos. Nesse sentido, como a interseccionalidade ajuda a pensar as desigualdades no processo de participação política? Para responder a essa pergunta, este trabalho tem como objetivo geral construir uma discussão teórica sobre as diferentes abordagens acadêmicas a respeito da participação política à luz da interseccionalidade.

Além disso, como objetivos específicos, tem-se:

- i) mapear e analisar as principais contribuições teóricas globais e regionais sobre participação política;
- ii) discutir como a interseccionalidade reformula a compreensão dessas teorias ao incorporar variáveis sociais como raça, gênero e classe; e
- iii) propor uma agenda de pesquisa que avance na incorporação efetiva da perspectiva interseccional nos estudos de participação política.

Como justificativa, é importante trazer a discussão da participação do ponto de vista da interseccionalidade porque, conforme explicitado na pergunta deste de ensaio, a capacidade dos cidadãos de expor suas demandas individuais na política ou mesmo de



concorrer a um cargo eletivo depende fortemente de uma série de fatores sociais e econômicos e isso impacta a qualidade da democracia.

Desse modo, o artigo se estrutura em três seções principais. A primeira seção apresenta uma discussão aprofundada das diferentes perspectivas teóricas sobre participação política, destacando tanto as abordagens institucionalistas quanto as críticas. A segunda seção analisa a teoria da interseccionalidade, explorando suas origens, evoluções e principais debates contemporâneos. Por fim, a última seção promove uma integração crítica das duas correntes discutidas, articulando-as por meio das contribuições e limitações identificadas na literatura, e apresenta, nas considerações finais, propostas para futuras investigações sobre o tema.

2 METODOLOGIA

Nos aspectos metodológicos, buscou-se, nos repositórios da *Web of Science* e da *Scielo*, os dois principais bancos de dados mundial e regional na América Latina, respectivamente, publicações acadêmicas que registrassem as seguintes palavras-chave: “participação política”, “democracia participativa”, “voluntarismo cívico”, “*political participation*”, “*civic voluntarism*”. Dentre os milhares de trabalhos encontrados, utilizou-se como referência o trabalho de Borba (2012), que realizou uma revisão sistemática da literatura, com o devido rigor metodológico e revisado por pares, de modelos de participação política segundo a epistemologia da ciência política neoinstitucionalista; e aqueles trabalhos mais citados perspectiva crítica da ciência política.

Ademais, buscou-se nos mesmos repositórios as palavras “interseccionalidade” e “*intersectionality*”. Para cada busca, foi aplicado filtro de tempo das produções entre 1960 e 2024, anos de construção teórica aflorada, principalmente, no caso da interseccionalidade. Foram lidos os títulos como primeiro critério de exclusão, seguidos do resumo dos trabalhos. Como critérios de inclusão, limitaram-se os resultados a trabalhos de natureza teórica dentro das Ciências Humanas, excluindo-se estudos estritamente empíricos que empregassem esses conceitos apenas como variáveis de análise. Também foram filtrados artigos irrelevantes cujo uso das palavras-chave era fora do escopo (por exemplo, “participação” no contexto de saúde pública)

Dado o grande número de resultados iniciais (479 trabalhos na *Web of Science* e 247 na *Scielo*), adotou-se a relevância bibliométrica como principal critério de triagem:



foram priorizados os trabalhos mais citados em suas respectivas áreas, presumindo-se que alto número de citações indica maior impacto teórico. As citações foram conferidas tanto nas plataformas indexadoras aqui utilizadas para encontrar os trabalhos quanto no Google Scholar, como mecanismo de conferência do impacto da obra.

Adicionalmente, considerou-se a publicação em periódicos de alto prestígio (por exemplo, Qualis A nacional) para incluir trabalhos recentes ainda em ascensão de citação, mas com reconhecida qualidade acadêmica. Após aplicar esses filtros, foram selecionados 22 trabalhos ao todo. Esse número se justifica por saturação temática: além desses, os trabalhos seguintes no ranking de citações tendiam a reiterar conceitos já cobertos pelos selecionados, sem adicionar novas perspectivas teóricas relevantes. Em outras palavras, atingiu-se um ponto em que adicionar mais artigos resultaria em redundância, de modo que um corte nos 19 principais garantiu abrangência das principais teorias sem perda de conteúdo.

Em anexo a este artigo, encontra-se a tabela com detalhamento de cada uma das obras selecionadas organizada por título, autor, ano, editora ou revista, palavras-chave presentes nas obras (além daquelas utilizadas no filtro da presente revisão), número aproximado de citações e resumo da obra. Nas próximas seções, discute-se a evolução dos conceitos aqui investigados.

3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO CONCEITO CONSTRUÍDO NA HISTÓRIA DA CIÊNCIA POLÍTICA

O início da agenda de pesquisa sobre participação política, na década de 1960, limitava-se à análise do papel dos cidadãos nas eleições. Lester Milbrath (1965), em seu modelo de centralidade, sugere que é possível dividir a sociedade em três grandes grupos: cidadãos passivos, que não se interessam em participar da política; cidadãos espectadores, cujo engajamento político não é inexistente, mas é mínimo; e cidadãos “gladiadores”, os mais engajados. Para o autor, os cidadãos engajados podem ser analisados em um *continuum* de padrões de comportamentos participativos, como o ato de votar, o ato de auxiliar um candidato em sua campanha (doando dinheiro ou participando de comícios) e outras atividades (MILBRATH *apud* BORBA, 2012).

Em contraponto a Milbrath, Alessandro Pizzorno (1967) coloca que as abordagens do modelo centralizado se restringem à realidade cultural e política e ao *mainstream*



acadêmico dos EUA. Assim, Pizzorno sugere uma abordagem mais generalista e replicável para outros contextos. Pizzorno delineia quatro tipos de comportamentos que podem ou não abranger relações do indivíduo com o Estado e podem ser baseados nas demandas políticas ou nas demandas particulares dos cidadãos (PIZZORNO *apud* BORBA, 2012):

Quadro 1 – Tipos de comportamento na participação política

	A solidariedade política é prevalente	A solidariedade privada é prevalente
Ação inserida no sistema estatal	Profissionalismo político	Participação civil na política
Ação extra estatal	Movimento Social	Subcultura

Fonte: PIZZORNO *apud* BORBA, 2012.

Nota-se que Pizzorno foi um dos primeiros autores a contribuir, na literatura em análise, com a inclusão de formas de ação não ligadas à participação política convencional. Isso permitiu um progresso na abordagem sistemática dessas formas de análise da participação. Posterior a Pizzorno (1967), *Political Action*, de Barnes e Kaase (1979), é um trabalho em que se dividem as atividades convencionais de participação política conforme as mencionadas anteriormente, como votar e participar de campanhas; e formas não convencionais, normalmente relacionadas à participação em protestos. Os custos de transação de cada subtipo específico de participação também são analisados pelos autores, tais como a assinatura de abaixo-assinados, adesão a movimentos grevistas e outros (BARNES; KAASE *apud* BORBA, 2012).

Borba (2012) avalia o trabalho de Barnes e Kaase (1979) como um divisor de águas nas contribuições acadêmicas sobre participação. Os autores trazem um aprimoramento metodológico concernente à associação entre a ação e o comportamento cívico para criar uma categorização das formas não convencionais de participação. As críticas, porém, sugerem que o modelo uniformiza os atos participativos e não mais contempla as formas de participação do século XXI por meio da dicotomia “convencional” e “não convencional”, pois existem formas de ação da década de 1970 que atualmente podem ser consideradas convencionais, mas, à época não eram.

Verba, Schlozman e Brady (1995) trazem outra contribuição muito relevante: acrescentam às formas não convencionais de participação a ação não direcionada ao poder público, que pode ser entendido como o governo. Ainda, segundo os autores, é possível analisar o voluntarismo cívico e o engajamento cidadão na política por meio de três modelos de análise: motivação individual, existência prévia de recursos próprios como tempo,



dinheiro e/ou habilidades individuais, ou mesmo por meio de redes de recrutamento. No entanto, a participação, segundo os autores, não é igualitária e muitos grupos sociais são sub-representados quando se trata de ter voz no espaço público.

Uma das maneiras de se explicar a desigualdade na participação é pelo modelo da existência de recursos próprios de Verba, Schlozman e Brady (1995). Isso porque a dotação de recurso pode significar que alguns cidadãos terão mais acesso aos instrumentos de engajamento na vida política do que outros. No caso da habilidade, por exemplo, os autores supracitados destacam que os indivíduos conseguem expressá-la mais fortemente quando há tendências de engajamento em clubes e comunidades dos quais já fazem parte. Há situações nas quais a família do indivíduo previamente já se envolve em discussões sobre política ou mesmo sobre a resolução de conflitos da comunidade onde vive e isso também incentiva aqueles mais habilidosos a participarem da política.

Outro aspecto, de acordo com Verba, Schlozman e Brady (1995), é o *status* econômico. A capacidade econômica de um indivíduo possui forte influência no voluntarismo cívico e está ligada às diferenças na capacidade de expressão das vontades de cada cidadão e no próprio atendimento às demandas da sociedade. Um exemplo é a doação de campanha, que é a forma de engajamento menos igualitária e que é capaz de gerar distorções no atendimento às demandas, isto é, quanto mais uma pessoa física ou jurídica pode doar (a depender das normas de doação de campanha no país, pois, no caso do Brasil, a doação é limitada às pessoas físicas em 10% da renda bruta), maior pode ser a capacidade dessa pessoa ou de um grupo de gerar pressão para influenciar a decisão sobre determinada política.

Para além do status econômico, o modelo também considera questões como a motivação pessoal e as formas de recrutamento que o ambiente onde o cidadão se encontra pode ter. Nesse sentido, as instituições recrutadoras são capazes de criar e moldar a iniciativa e o engajamento político. Para os autores, a participação em grupos sociais como clubes e igrejas pode refletir no desenvolvimento das habilidades cívicas, principalmente quando associada a uma grande dotação de recursos próprios.

Putnam (1994) analisa o desempenho institucional e a relação do civismo com a qualidade das instituições de toda a Itália, constatando que o norte é mais desenvolvido econômica e institucionalmente do que o sul. Dentre as razões para isso, o autor destaca desde motivos históricos de desenvolvimento industrial até índices de qualidade cívica para apontar uma possível causa das diferenças entre as regiões. Essa é a primeira obra que questiona a hegemonia da teoria elitista da participação.



Dentre os índices analisados por Putnam (1994), cabe destacar a importância do papel da mídia e da qualidade da informação para a acessibilidade dos cidadãos ao sistema político. Até aqui foi relatada a vicissitude da assimetria de recursos próprios, bem como a influência das redes de recrutamento e a motivação pessoal do cidadão para exercer atividades cívicas. Essas formas de análise dizem respeito ao indivíduo frente a uma série de dispositivos que o moldam. Carpin e Keeter (1996) analisam a importância do conhecimento político, definido como informações políticas factuais armazenadas em longo prazo, para o exercício do civismo e, assim, para a qualidade da democracia. De acordo com os autores, há uma forte relação entre o conhecimento político, o poder político, a capacidade econômica e a dominação sistêmica por elites. Dessa forma, as elites são capazes de controlar a informação que alcança o cidadão. No trabalho de Putnam (1994), essa ideia se confirma quando o autor demonstra que as regiões italianas cujas instituições são mais funcionais e os cidadãos, mais engajados, são justamente aquelas onde a qualidade da informação é maior.

Nesse caso, para que o regime democrático funcione com qualidade, é necessário que os eleitores estejam bem informados e tenham preferências estáveis para controlar as elites também, cobrando delas *accountability* em seus processos (Carpini e Keeter, 1996). Para os autores e correntes da Ciência Política a respeito da teoria das elites, o elitismo é a única forma que permite a sustentação da democracia enquanto regime político estável e, por elites, pode-se compreender seu conceito por meio da ideia de existência de cidadãos hábeis e motivados para o exercício de mandatos eletivos ou para o exercício do civismo em sua própria comunidade, congruente com o modelo de cidadão habilidoso visto em Verba et. al. (1995).

Em outra perspectiva epistemológica, Carole Pateman (1992) já construía uma abordagem diferenciada do *mainstream* da Ciência Política. Vale ressaltar que as correntes teóricas sobre os modelos participativos nascem em um contexto de efervescência de novos atores políticos e novas reivindicações sociais nos anos 1960, tanto na Europa quanto nos EUA, e isso demandou uma resposta também da literatura sobre o que ocorria.

Enquanto os autores supracitados analisam o problema coletivo da participação em uma perspectiva mais individualizada, Pateman (1992) pontua que a construção de uma sociedade realmente democrática demanda maior participação coletiva. Para isso, a participação deve tomar espaços educativos microestruturais, nos quais ambientes como o escolar e trabalho teriam o potencial transformador de uma coletividade participativa e, finalmente, democrática.



Partindo para uma visão marxista, com um recorte exclusivamente de classe, Ellen Wood (2003) afirma que a democracia está em posição de instrumento da classe dominante em relação aos aspectos econômicos e à participação política, pois a democracia representativa se vê em contradição com as relações hierárquicas de produção dentro da economia capitalista, a qual relaciona intimamente o poder econômico ao poder político por meio do lobby, impossibilitando uma grande parte dos cidadãos, ou trabalhadores em termos econômicos, de participar da política do Estado. Entretanto, o recorte exclusivo de classe pode não ser suficiente para explicar diferentes níveis de participação cívica em uma sociedade.

No Brasil e mundo afora, as teorias mais tradicionais da participação estiveram mais ligadas à teoria democrática participativa, segundo Almeida (2014). Isso gera, inclusive, uma miscelânea entre os conceitos de representação e participação. Muito embora os limites entre um e outro conceito possam existir, em alguns momentos se entrelaçam. E é nesse entrelaçamento que a produção acadêmica avança. Para Almeida (2014), “a participação, no Brasil, é canalizada para dentro do sistema político a partir da inserção de organizações civis e atores coletivos no processo de formulação de políticas públicas.” Essa ideia de inserção da participação na esfera pública tem raízes em Habermas, quando este autor publica, em 1962, a obra *Mudanças Estruturais da Esfera Pública* para discutir o surgimento da esfera pública burguesa.

Atualmente, a literatura avança em abordagens que enquadram mais precisamente as formas contemporâneas de participação política. Alonso (2009) demonstra que o recorte temporal da segunda metade do século XX trouxe um *boom* de avanços teóricos, mas a virada do século XXI trouxe novos desafios empíricos. Nessa nova onda de estudos, uma das vertentes que já vinha sendo desenvolvida, a do ativismo, construiu novas concepções teóricas sobre os movimentos sociais e sobre os diferentes reflexos na participação política. Nesse aspecto, Dagnino (2004) reforça as conquistas dos movimentos sociais no processo de democratização do Brasil, mas afirma existir um conflito discursivo entre um projeto neoliberal e a participação da sociedade civil na política. A autora pontua que os espaços públicos dependem da diversidade e pluralidade de atores para existirem de forma democrática, mas que deve haver uma equivalência de seus recursos, informação e poder.

Cabe mencionar os trabalhos de Tavares (2012) e Young (2014), que mais se aproximam de uma abordagem interseccional da participação política. No caso de Tavares (2012), o autor realiza um esforço teórico para construir uma agenda de pesquisa voltada a investigar, de forma comparativa, como o ativismo dialoga com as práticas em fóruns



deliberativos, especialmente o ativismo anti-institucional. Para isso, afirma que os estudos deliberacionistas, ainda que levem em conta uma construção teórica que discute questões de gênero, raça e classe na representação, segundo o autor, ainda faltam mecanismos de explicação e propõe avanços metodológicos nessa linha. O texto de Young (2012), por sua vez, defende que os diferentes grupos de gênero, raça e classe tenham mecanismos de representatividade diferenciados, como é o caso das cotas por gênero nas eleições, para que haja algum grau de inclusão política na participação.

Para complementar essa cronologia, os esforços atuais da literatura sobre a participação política enfrentam desafios contemporâneos sobre a explicação da realidade pelas diversas vertentes. Avritzer (2017) analisa teoricamente as mudanças recentes nos padrões de participação política no Brasil a partir dos protestos de junho de 2013. Utilizando uma abordagem analítica qualitativa, o autor discute como esses protestos alteraram significativamente o padrão associativo até então predominante, marcado pelo protagonismo de movimentos populares e sociais nas instituições participativas brasileiras, como o orçamento participativo.

Segundo Avritzer (2017), o período pós-2013 é caracterizado por uma ampliação do espaço público para novos atores políticos, especialmente movimentos conservadores organizados por meio de recursos privados e atuação intensa nas redes sociais. Esses atores promoveram uma redefinição das dinâmicas entre participação e representação, indicando uma mudança conceitual relevante que desafia as teorias anteriores sobre participação cívica e democracia participativa no contexto brasileiro.

4 A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA INTERSECCIONALIDADE

Enquanto a participação política está ligada às correntes de teorias da democracia, a interseccionalidade está intimamente ligada com a teoria feminista. Segundo Collins (2022), a interseccionalidade nasce enquanto conceito em um contexto de lutas de movimentos sociais na década de 1980. Conceito cunhado por Crenshaw (2002), essa autora afirma que mulheres brancas e negras vivenciam, por exemplo, o sexism de formas diferentes, da mesma forma que homens e mulheres negros vivenciam o racismo de formas diferentes. Essa ideia de agregar variáveis como raça, gênero e classe nas análises de problemas sociais, no entanto, é anterior à própria Crenshaw. Autoras como bell hooks, Angela Davis, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro já tratavam dessa problemática, embora



Crenshaw seja a pioneira a cunhar o termo que caracteriza um cruzamento de vivências que afetam a vida em sociedade.

Em relação às ideias trazidas por Davis (1983), o movimento feminista e a luta antirracista do movimento negro, segundo a autora, possuíam modelos ideais de representatividade que negligenciavam as questões da mulher negra no contexto dos Estados Unidos. Ela constrói um histórico de como a mulher negra também é um dos agentes importantes de mudanças sociais da época, especialmente, porque carrega vivências e opressões específicas que precisam ser combatidas, ao mesmo tempo em que as suas demandas precisam ser entendidas e incorporadas pelos movimentos.

Alinhada a essa autora, bell hooks (2018) sinaliza a importância do feminismo negro para incorporar debates interseccionais nas pautas dos mais diversos movimentos sociais. A autora constrói uma linha argumentativa de mudanças seculares na sociedade, com destaque para os diferentes papéis de homens e mulheres, pobres e ricos, negros e brancos, na sociedade. No caso dessas diferentes categorias, hooks (2018) observa que a disputa por espaços no mercado de trabalho, por exemplo, por mulheres brancas, em um contexto no qual a elas apenas era permitido cuidar da casa, não se aplica ao contexto de mulheres negras, que sempre trabalharam dentro e fora de suas casas, mas estavam inseridas em contextos de exploração, baixo nível educacional e trabalho de baixa remuneração, consequentemente, maior afastamento de atividades políticas. Essa autora também escreve diante do contexto americano, demonstrando como o feminismo negro, como o próprio título da obra sugere (“O feminismo é para todo mundo”), é para todo mundo, ao construir uma argumentação em torno das diferentes questões vividas por homens, mulheres, jovens e idosos e apresentar valores e ideias que abarcam todos.

Não só essas autoras apontam essas problemáticas, como Avtar Brah (2006), olhando para o contexto britânico, afirma que as feministas radicais e as feministas socialistas entendiam que o feminismo negro era um movimento à parte, como se as mulheres negras estivessem em outra categoria de luta, quando, na verdade, é o feminismo negro que prega um recorte interseccional de gênero, raça e classe na construção de uma coletividade mais justa.

Brah (2006) também destaca o entendimento da diferença enquanto relação social (que reflete em relações políticas) e enquanto identidade subjetiva. No primeiro caso, a relação social está ligada a relações de poder e produz diferentes histórias coletivas devido à contingência das variáveis de gênero, raça e classe. Já a identidade subjetiva está ligada à experiência no contexto das relações sociais - como o indivíduo se vê no mundo, mas



também como é visto pelo mundo. O grande trunfo da autora é destacar que as diferenças tanto podem produzir desigualdades, como podem impulsionar mudanças democráticas dada a diversidade de indivíduos com diferentes experiências provocando o sistema político.

No contexto brasileiro, duas importantes autoras inseridas nessas discussões são Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Uma coletânea de textos de Lélia Gonzalez (2020), reunidos por Flávia Rios e Márcia Lima, foi organizada por elas em 2020, com textos relevantes para entender a vida e a obra de Gonzalez. Alinhada com as discussões trazidas anteriormente, Lélia Gonzalez questiona a exclusão de mulheres negras e indígenas no contexto do feminismo latino-americano e não apenas isso, como também relaciona questões raciais com o histórico de colonização e imperialismo que moldaram as relações sociais latinas e as dificuldades de inserção de grupos marginalizados em um contexto social e político mais amplo.

Procurando conectar temas atuais às demandas do movimento negro por espaço no meio social e político, Sueli Carneiro (2011) dedica vasta parte da sua obra a retratar diferentes tipos de opressão cotidiana sofridas por pessoas negras, especialmente no tocante ao acesso a políticas públicas de entrega imediata à população, como saúde e educação. A autora é uma das expoentes não só de uma abordagem interseccional dos problemas sociais, mas também do desenvolvimento de um pensamento político negro, incentivando a reflexão sobre as limitações do regime democrático, já que a população negra, que é a maioria no Brasil, ainda luta pelo acesso ao ambiente representativo e, principalmente, pela participação nas decisões políticas sobre o quanto e onde aplicar recursos necessários para apoiar a agenda antirracista.

É nesse contexto de afloramento do debate interseccional na política que a literatura mais atual da ciência política se insere. Biroli e Miguel (2015) pontuam que o acesso desigual à participação política é reflexo “de como um conjunto cruzado de privilégios e desvantagens organiza” a trajetória dos indivíduos. Os autores realizam uma discussão teórica sobre o estado da arte das produções sobre gênero, raça e classe, com foco em autoras feministas. À luz de trabalhos teóricos e trabalhos de campo, os autores compreendem que as diversas formas de opressão, em contraponto ao que as teorias supracitadas vinham trazendo, não ocorrem “na vivência de mulheres e homens, mas nas dimensões da produção do conhecimento e da luta política.” (BIROLI; MIGUEL, 2015, pp. 52-53).



Em trabalho mais recente fora do Brasil, Collins (2017) identifica uma lacuna na literatura sobre como a interseccionalidade é empregada no contexto da democracia participativa. A autora destaca a ausência de um tratamento profundo das dinâmicas de poder. Nesse ensaio, ela explora as conexões entre interseccionalidade e democracia participativa a partir de uma análise crítica do poder e propõe uma “análítica de poder” baseada em três eixos: (1) sistemas de opressão estruturais interligados que sustentam dominação; (2) o “framework dos domínios de poder”, que permite entender como diferentes dimensões do poder (estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal) se articulam; e (3) o papel central da coletividade e das comunidades na resistência política de grupos subordinados.

O texto dialoga com tradições de resistência, especialmente a ação política das mulheres negras, e destaca como o feminismo negro oferece uma visão pragmática da interseccionalidade, contrapondo-se à sua institucionalização apolítica. Collins argumenta que a interseccionalidade, enraizada em práticas comunitárias e ativismo, se fortalece como projeto de justiça social, especialmente frente às pressões neoliberais que tentam esvaziá-la. Assim, tanto a interseccionalidade quanto a democracia participativa precisam rejeitar hierarquias fixas e desenvolver raízes em comunidades reais de prática para enfrentarem com eficácia as desigualdades estruturais.

Como a própria construção teórica da interseccionalidade sugere, existem diferentes tipos de opressões cruzadas. Na América Latina e no Brasil, o olhar geográfico, já antes destacado por Lélia González, é essencial para compreender os fenômenos da região. Nesse sentido, Gill e Pires (2019) identificam a necessidade de ultrapassar abordagens binárias e tradicionais sobre gênero, argumentando que essas abordagens falham em abordar plenamente as experiências diáspóricas e coloniais. Elas propõem, então, uma abordagem interseccional e imbricada que reconheça as múltiplas camadas identitárias e opressões históricas que influenciam diretamente a participação política e social. O texto mapeia três abordagens: (1) a binária, que fundamenta a crítica feminista eurocentrada, baseada em oposições como sujeito/outro; (2) a interseccional, formulada pelo feminismo negro nos EUA, que complexifica as opressões por meio da sobreposição de categorias; e (3) a imbricada, que propõe uma análise estrutural e histórica das hierarquias produzidas pela colonialidade do poder, do saber e do ser.

As autoras defendem que a colonialidade racializa e desumaniza sujeitos, o que torna inviável aplicar lógicas binárias universais para pensar gênero em contextos coloniais. Inspiradas em pensadoras como Patricia Hill Collins, Ochy Curiel e Yuderkys Espinosa-



Miñoso, elas propõem uma metodologia que prioriza a análise das imbricações históricas entre raça, gênero, sexualidade e classe, recusando tanto a importação de categorias do Norte Global quanto o essencialismo identitário.

Por fim, no contexto brasileiro, observamos em Pereira (2021) a insuficiência da aplicação do conceito de interseccionalidade nas análises sobre desigualdades urbanas e políticas públicas brasileiras, em uma problemática mais atual para o conceito. Pereira (2021) revisa duas propostas teóricas centrais: a de Leslie McCall, que identifica três abordagens metodológicas (anticategórica, intracategórica e intercategórica), e a de Choo e Ferree, que classificam as práticas interseccionais em modelos de inclusão, processos e sistêmico. Ambas refletem tensões entre a complexidade analítica, o compromisso com grupos marginalizados e as múltiplas formas de opressão.

A partir de pesquisa empírica sobre vivências afetivo-sexuais de mulheres negras no Distrito Federal, Pereira (2021) propõe um modelo que rejeita a priorização de um eixo sobre outro. Identifica elementos como estética, sexualidade e moralidade sexual como articuladores de raça e gênero e demonstra que esses sistemas não atuam paralelamente, mas de forma integrada e mutuamente referida. O modelo proposto visa superar análises aditivas ou fragmentadas para captar a complexidade das interações sociais e atender ao compromisso político original da interseccionalidade: a justiça social.

5 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E INTERSECCIONALIDADE: QUANDO OS CONCEITOS SE CONECTAM

Conforme visto acima, as teorias mais tradicionais da participação política focam no aspecto das capacidades individuais para ingressar em uma carreira política. As epistemologias à parte do *mainstream*, que englobam a representação política e a teoria democrática, acrescentam problemas coletivos que remetem à interseccionalidade como algo a ser observado nas construções teóricas futuras.

A interseccionalidade é muitas vezes tratada, na literatura, como um conceito que abrange gênero, raça e classe de forma restrita, notadamente pelas limitações das pesquisas em não abranger mais variáveis além dessas. Mesmo assim, esse conceito pode abranger, por exemplo, aspectos religiosos, capacidades físicas dos indivíduos, orientação sexual, etnia, localização geográfica e outros aspectos. É evidente que esse último aspecto influencia a formação do pensamento negro latinoamericano, com Lelia Gonzalez e Sueli



Carneiro, anteriormente, apontando as limitações das teorias feministas importadas de outros contextos.

A conexão entre participação política e interseccionalidade revela que o engajamento político não é apenas determinado por recursos individuais ou motivações internas, mas por estruturas sociais amplas que moldam a forma como diferentes grupos acessam e exercem o poder. A partir da revisão teórica apresentada, percebe-se que as abordagens interseccionais fornecem um instrumento poderoso para compreender a exclusão sistemática de determinados grupos sociais, especialmente mulheres negras, pessoas LGBTQIA+, indígenas e pessoas com deficiência, dos espaços tradicionais de decisão política.

Essa exclusão não se dá apenas pela ausência física de sujeitos subalternizados em instâncias de poder, mas por processos simbólicos, históricos e institucionais que limitam o reconhecimento e a legitimidade da sua participação. Isso reforça os achados de autoras como Patricia Hill Collins, que destacam a necessidade de repensar os próprios marcos da democracia e da cidadania a partir das experiências daqueles que vivem nas margens do sistema.

Além disso, o cruzamento das literaturas sobre participação política e interseccionalidade evidencia que abordagens que se limitam a analisar a participação a partir de variáveis como escolaridade, renda ou status ocupacional deixam de capturar as dinâmicas complexas da sub-representação. O caso empírico discutido por Pereira (2021) exemplifica como fatores como estética, moralidade sexual e construção simbólica do corpo negro afetam diretamente a inserção de mulheres negras em espaços de sociabilidade e, por consequência, sua agência política.

Nesse sentido, ao integrar a análise de interseccionalidade com os estudos de participação política, cria-se um novo campo de possibilidades analíticas, que permite não apenas identificar desigualdades, mas também propor estratégias concretas de superação. Isso implica, por exemplo, em repensar os desenhos institucionais de participação, os critérios de representatividade e as metodologias de pesquisa, de modo a incorporar as vozes e experiências daqueles que historicamente foram silenciados.

Por fim, este trabalho indica que o diálogo entre participação política e interseccionalidade ainda está em construção, mas já é capaz de oferecer contribuições relevantes tanto para a teoria quanto para a prática política. Ao ampliar os marcos analíticos e normativos sobre quem participa, como participa e com quais efeitos, essa articulação



desafia as ciências sociais a avançar em direção a uma democracia mais inclusiva, plural e substantiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discutiu as perspectivas teóricas da participação política à luz das correntes sobre interseccionalidade. A partir da revisão das tradições teóricas da Ciência Política, tanto neoinstitucionais, quanto críticas, argumentou-se que o acesso à participação política não pode ser compreendido apenas a partir de variáveis como motivação, recursos ou redes de recrutamento, mas exige uma análise mais profunda das estruturas de poder que moldam desigualmente as oportunidades políticas.

A interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica e política, permite complexificar a compreensão da participação ao revelar como opressões interligadas, de gênero, raça, classe, sexualidade, localização geográfica, entre outras, produzem padrões sistemáticos de sub-representação. Como demonstrado ao longo do trabalho, as experiências de grupos historicamente marginalizados, em especial mulheres negras, não apenas são diferentes, mas também são marcadas por múltiplas barreiras simbólicas e institucionais que restringem sua agência política e cidadã.

Em relação às limitações deste trabalho, cabe considerar que a literatura global e regional pode apresentar vieses específicos dependendo das regiões analisadas. A participação política e a interseccionalidade podem ser interpretadas de maneiras diferentes em diferentes contextos culturais e políticos.

Como proposta de agenda de pesquisa, cabe o aprofundamento, por parte da literatura, de outras variáveis enquanto recorte interseccional para além dos recortes de gênero, raça e classe. Além disso, explorar desenhos de pesquisa com questões generalizáveis sobre o papel das variáveis interseccionais na participação política no âmbito legislativo pode trazer contribuições relevantes inclusive para a operacionalização do conceito sob outras abordagens metodológicas.

Ao final, conclui-se que conectar participação política e interseccionalidade não apenas contribui para o avanço teórico das ciências sociais, como também representa um passo essencial na direção de uma democracia mais plural, substantiva e comprometida com a justiça social.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Débora. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 175-199, jun. 2014.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, nº 1, jan. - abr., 2017.
- BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27–55, 2015.
- BORBA, Julian. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado**, vol 27, n. 2, 2012.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, Campinas, 2006, pp. 329-376.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARPINI, Michael X.; KEETER, Scott. **What Americans Know About Politics And Why It Matters**. New Haven: Yale University Press, 1996, Introdução e cap. 1.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy. **Investigaciones Feministas**, v. 8, n. 1, 2017, pp. 19-39.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, n. 10, p. 177-188, 2002.
- DAVIS, Angela. **Women, race, and class**. New York: Vintage Books, 1983.
- GILL, Andréa; PIRES, Thula. From Binary to Intersectional to Imbricated Approaches: Gender in a Decolonial and Diasporic Perspective. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 2, 2019, pp. 275-302. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410200003>>.
- GONZALEZ, Lelia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp., 2020.
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.



PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Capítulos 1 e 2.

PEREIRA, Bruna. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. CIVITAS - Revista de Ciências Sociais, v. 21, n. 3, 2021, pp. 445-454.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, cap. 4 e 6.

TAVARES, Francisco Mata Machado. Em busca da deliberação: mecanismos de inserção das vozes subalternas no espaço público. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, pp. 39-70, 2012.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995, 1. Introduction.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

YOUNG, Iris Marion. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 13, abril de 2014, pp. 187-212.



NOTAS

HISTÓRICO –

Recebido em: 03/04/2024
Aprovado em: 20/04/2024
Publicado em: 30/04/2024

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: E. Apolinaria
Coleta de dados: E. Apolinaria
Análise de dados: E. Apolinaria
Discussão dos resultados: E. Apolinaria
Revisão e aprovação: E. Apolinaria

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO –

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER –

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

